



7º Encontro Internacional de Política Social 14º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Contrarreformas ou Revolução: respostas ao
capitalismo em crise

Vitória (ES, Brasil), 3 a 6 de junho de 2019

Mesa Coordenada Movimentos sociais e a práxis midiática na internet

MOVIMENTOS SOCIAIS, NOVAS MÍDIAS E VELHAS FORMAS DE DOMINAÇÃO

Franciani Bernardes¹

Resumo

Este trabalho apresenta uma reflexão sobre o uso das novas tecnologias da informação e comunicação (TICs) pelos movimentos sociais contemporâneos, suas trajetórias, enfrentamentos e limites. Além disso, objetiva identificar as potencialidades e obstáculos que o uso da internet implica na atuação dos militantes enquanto sujeitos de mudança social. Apesar de reconhecermos a força das ferramentas tecnológicas como uma potência comunicativa e de participação política, entendemos que há uma série de contradições que requerem a necessidade de repensar os estudos sobre as TICs na dinâmica de funcionamento da sociedade capitalista. Nosso trabalho também apresenta resultados de uma pesquisa empírica realizada com participantes de coletivos e fóruns de abrangência estadual e nacional.

Palavras-chave: Movimentos sociais; internet; participação; capitalismo.

Social Movements, New Media, and Old Ways of Domination

Abstract

This paper presents a reflection on the use of new information and communication technologies (ICTs) by contemporary social movements, their trajectories, confrontations and limits. In addition, it aims to identify the potentialities and obstacles that the use of the Internet implies in the activities of the militants as subjects of social change. Although we recognize the strength of technological tools as a communicative power and political participation, we understand that there are a number of contradictions that require the rethinking of studies on ICT in the dynamics of capitalist society. Our work also presents results of an empirical research carried out with participants from collectives and forums of state and national scope.

Keywords: Social Movements; internet; capitalismo; participation.

Introdução

Grande parte das mudanças associadas à confluência entre os movimentos sociais e a internet vão do hierárquico ao horizontal, do formal ao informal, da representação à participação, do local ao global, da ideologia à identidade, do geral ao concreto e, por fim, da organização à campanha, conforme apontado por Mena (2009). Uma das questões que se coloca em pauta é quem influencia quem. E essa dupla influência gera uma série de tendências, entre elas a crise das ideologias e dos velhos movimentos sociais, um distanciamento das formas hierárquicas e centralizadas dos movimentos sociais clássicos em busca da descentralização, horizontalidade e participação. As principais tendências apontadas por Mena (2009) são: fortalecimento das organizações informais cujas redes de afinidade entre coletivos dão lugar a

¹ Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade San Pablo-CEU. Pós-doutoranda (PNPD/CAPES) do Programa de Pós-Graduação em Política Social da UFES. E-mail: <franbernardess@gmail.com>.

afiliação às organizações formais; surgimento de novas identidades e identificações políticas que dão prioridade a uma política de estilo de vida, de carácter muito mais emocional e pessoal; formas de coordenação globais determinadas pela globalização.

Em 2010, a Tunísia foi palco de um protesto, que simbolizou um marco de acontecimentos² iniciados no norte da África e que se alastrou por diversas partes do globo. A tão repercutida exibição de um vídeo na internet que mostrava o suicídio do vendedor de frutas Mohamed Bouazizi, em protesto contra a apreensão de suas mercadorias, simbolizou um marco de indignação e revolta nesses e em outros territórios (CARNEIRO, 2013).

Nesse mesmo período, houve uma sincronia de manifestos surgidos no sul do Mediterrâneo que se espalharam pela Espanha com os indignados da *Puerta de Sol*, por Portugal, com Geração à Rasca, e pela Grécia, com a ocupação da Praça Syntagma. Esse “despertar coletivo”, como denominou Carneiro (2013), foi propagado pelas redes sociais digitais, principalmente o Twitter. Essas ferramentas contribuíram para a disseminação viral de um “boca a boca eletrônico” (CARNEIRO, 2013, p. 9) de mensagens replicadas a emissores de várias regiões do mundo. A voz das ruas foi mobilizada por mídias alternativas, que também passaram a pautar a mídia tradicional, como a TV e o rádio, sobretudo após a recorrência e repercussão das informações nesses canais alternativos.

No Brasil, a onda de mobilizações marcadas por esse período iniciou em junho de 2013, na cidade de São Paulo. O aumento da tarifa do transporte público em 20 centavos foi o estopim dos protestos. As manifestações ficaram conhecidas como *Jornadas de Junho* e foram convocadas pelo Movimento Passe Livre (MPL). Os acontecimentos tomaram o noticiário, sendo criminalizados pela mídia hegemônica e passam, ao contrário, a ter visibilidade positiva nas mídias alternativas e redes sociais da internet. No entanto, não nos cabe aqui aprofundar a análise desse movimento, no que se refere às faces políticas, mas apontar sua semelhança a outras manifestações ao redor do mundo que tiveram as mídias como ferramenta dessas articulações.

A forma das ações desses movimentos era semelhante: recusa pelos espaços institucionais mais tradicionais, ocupação de praças públicas e o uso das redes de comunicação alternativa como forma de organização e articulação política. Na China, o temor à influência de tais movimentos foi marcado pelo controle do Estado. Um dos problemas a se considerar

² Na primavera de 2011, eclodiu uma série de revoltas em vários países árabes que provocaram a queda de regimes que estavam há décadas no poder. Em alguns casos, isso aconteceu de forma muito rápida. As primeiras mobilizações ocorreram em Tunes e rapidamente influenciaram outras regiões, como o Egito e a Líbia.

quando se atribui a essas ferramentas a ideia de abertura democrática. A simples menção à Praça Tahrir, palco dos protestos dos egípcios, era bloqueada. Os governantes se viram ameaçados e decidiram bloquear o acesso às redes sociais, como aconteceu na Tunísia; ou então cortar a conexão à internet, como no caso do Egito. Ações que resultaram em maior indignação popular.

Assim como Braga (2015), percebemos que o principal problema das abordagens apresentadas para a compreensão do período consiste em uma grande ênfase na dimensão política dos protestos, sem se aprofundar na dialética social existente entre a forma assumida pela luta política e a estrutura de classes. Na visão do autor, tais análises comprometem a compreensão dos desdobramentos atuais e acabam pecando por apresentar certa unilateralidade na abordagem dos protestos.

De fato, a rede de computadores foi importante para a repercussão dessas ações no espaço público, conferindo-lhes maior visibilidade e alcance. No entanto, apesar do papel da internet no alcance da opinião pública, o que impulsionou tais movimentos no território árabe foi, de fato, a forte repressão sofrida por seus habitantes, que já enfrentavam décadas de ditadura³. Nas demais localidades, o gérmen causador das revoltas foi a crise social, econômica e financeira que imprimiu suas marcas mais pesadas a partir de 2008, período de intensificação da crise capitalista, quando o elevado índice de desemprego contribuiu para o aumento dos níveis de pobreza dessas regiões. Destacamos, além disso, que as substâncias fundantes desses processos foram a ocupação do espaço público e os fluxos mobilizatórios das ruas e não os mecanismos de comunicação apoiados na internet, como muitos autores tendem a demarcar.

Portanto, estamos de acordo com Abramides e Duriguetto (2014), ao afirmarem que as lutas sociais contemporâneas devem ser analisadas a partir da compreensão de uma sociabilidade moderna resultante de um processo histórico e não somente a partir de suas expressões. Para as autoras, seria importante identificar as determinações dessas expressões na realidade dos sujeitos sociais, compreendendo essas determinações com base nas dinâmicas de acumulação capitalista.

Para compreender tais lutas e as implicações em torno do reconhecimento do termo 'movimentos sociais', assim como a sua associação permanente e de formas heterogêneas com a criminalização e mecanismos de cooptação, ressaltamos esses dois elementos presentes nas lutas de 'movimentos urbanos'. Estes não são duais, mas articulados entre si. – É necessário compreender na história o desenho dos projetos societários e sua relação com o processo desenvolvimento no modo de produção

³ Na virada de 2010, os países árabes eclodiram em uma série de protestos contra ditaduras que já duravam décadas. A Praça Tahrir, maior praça pública no centro de Cairo, tornou-se um símbolo mundialmente conhecido por se transformar em um espaço de clamor por democracia.

capitalista tensionados por determinada leitura hegemônica de sociedade urbano-industrial (ABRAMIDES; DURIGUETTO, 2014, p. 132).

Na análise de Alves, no entanto, esses movimentos não incorporaram pautas de emancipação social a partir de uma clareza político-ideológica. Expressaram, em vez disso, uma variedade de reivindicações com base em uma consciência social crítica que rejeitam o *status quo*. E que, apesar de efetuarem uma crítica radical do capitalismo como projeto societário, não são lidos como anticapitalistas pois apesar de manifestarem “[...] com indignação moral as misérias do sistema sociometabólico do capital não identificam suas causalidades histórico-estruturais” (ALVES, 2013, p. 36). Ainda assim, para o autor, é possível identificar nesses movimentos diversos espectros de ativistas anticapitalistas. Decerto, para derrubar ou pautar governos, refundar ou enterrar partidos, fortalecer ou destacar lideranças, faz-se necessário densidade histórica suficiente como forma de emancipação social.

Na literatura, prevalece uma equação aparentemente inquestionável de que a tecnologia aliada a uma perspectiva democratizante resultará em um modelo de sociedade participativa e interativa. No entanto, ao contrário disso, em nossa pesquisa empírica, observa-se que para que haja sucesso nas ações dos coletivos e fóruns analisados, o livre debate precisa acontecer nos fóruns urbanos da realidade, nos espaços físicos, de forma presencial. Sem contar que a maior parte dos debates que acontecem via internet estão voltados a pessoas que compartilham do mesmo posicionamento político-ideológico. E como disse Davis (2013), o que significa a mesma coisa que ensinar a missa ao vigário.

Diante dessa problemática, a questão que queremos levantar aqui é a mesma que Mattelart e Mattelart (2004) pontuaram há 15 anos em “Pensar as Mídias”, que é a seguinte: “Quem irá produzir o que e como? Um dos dilemas que levantamos é justamente pontuar se o paradigma da “sociedade da informação” tem conseguido distribuir de forma mais igualitária os diversos recursos que possibilitam o fortalecimento da esfera pública, aberta independente e não comercial, ou, se ao contrário disso, privatiza o acesso, limita a participação e enfraquece o exercício da participação cidadã.

Portanto, para fazer frente a esses interrogantes, o objetivo principal da nossa pesquisa⁴ é analisar como se dá a apropriação das novas TICs pelos coletivos e fóruns, objetos

⁴Este trabalho é financiado pelo Programa Nacional de Pós-Doutorado da CAPES. Apresenta resultados da pesquisa "Movimentos sociais em redes digitais e novas formas de ativismo", vinculada ao Núcleo de Estudos em Movimentos e Práticas Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo (NEMPS/UFES). O estudo foi cadastrado na Plataforma Brasil, aprovado no Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Espírito Santo, com número de registro CAAE 51794715.1.0000.5542. Por se tratar de pesquisa envolvendo seres humanos e em respeito à Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde que trata do enquadramento dos trabalhos

de estudo deste trabalho, a saber: Coletivo Femenina, Assédio Coletivo, Levante popular da Juventude e o Fórum Estadual da Juventude Negra do Espírito Santo (Fejunes) e analisar como esses usos têm impactado nos processos de participação e organização desses movimentos. Além disso, pretende identificar potencialidades e obstáculos que o uso da internet implica na atuação desses militantes.

De caráter exploratório, os procedimentos metodológicos adotados neste trabalho são a entrevista em profundidade, o grupo focal, a análise de discurso e de conteúdo. As entrevistas e o grupo focal foram realizados entre os meses de julho de 2016 e março de 2017. Entrevistamos um participante de cada movimento. As indicações foram feitas pelos próprios integrantes dos movimentos. Na fase posterior à realização dessas técnicas metodológicas, foi feita uma análise de conteúdo das redes sociais digitais usadas pelos coletivos e fóruns estudados, com base no material publicado entre janeiro de 2017 e janeiro de 2019.

Internet e o mito da democracia

Em meados nos anos 1990, quando Manuel Castells escreve “A sociedade em rede”, as formas de comunicação mediadas por computadores (CMC), ainda estavam em uma fase incipiente, sobretudo em termos de apropriação social. O desenvolvimento da internet resultou da interação entre a ciência, a pesquisa universitária, os programas de pesquisa militar e a contracultura radial libertária (DE UGARTE, 2007). O objetivo dos movimentos libertários era justamente gerar um instrumento que permitisse a liberação e autonomia do Estado. Por isso, sua funcionalidade se desenvolveu a partir de uma arquitetura aberta e de livre acesso. Tais possibilidades estavam disponíveis aos pesquisadores interessados em realizar melhorias nesse sistema. Os próprios usuários determinaram suas características, que seriam compostas por uma estrutura reticular, com poder de computação distribuído e com redundância das funções para evitar riscos de desconexão (DE UGARTE, 2007).

No entanto, apesar da estrutura *livre*, a grande rede se instaura, primeiramente, nos países de economias mais ricas e de áreas urbanas centrais e mais desenvolvidas. Além disso, as novas ferramentas tecnológicas ficaram por um longo tempo sob o domínio dos mais instruídos e dos mais ricos (CASTELLS, 2000). Há quase 20 anos o autor catalão argumenta

científicos aos procedimentos éticos em pesquisa, este estudo foi cadastrado no Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Espírito Santo. Tendo em vista os procedimentos éticos adotados, todas as quatro entrevistas, assim como o grupo focal, foram realizadas mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

que, embora seu uso se expanda em um ritmo intenso, “[...] a CMC ainda excluirá a maior parte da humanidade por um longo tempo” (CASTELLS, 2000, p. 382).

O uso dos meios de comunicação, agora convergidos em um único sistema digital, foi integrado a práticas de outros domínios institucionais. O aumento da inserção da Internet nas distintas esferas sociais e a possibilidade de produção e compartilhamento de conteúdo tem possibilitado que imagens assumam outros formatos e ocupem canais amplamente diversificados (HJARVARD, 2008, p. 30). Grande parte das pesquisas sobre mídias digitais nos apresentam os meios de comunicação como indispensáveis a todos os domínios institucionais, tais como a política, a educação, o trabalho, etc. (JENKINS, 2009).

Desde o final do século XX, expressões como *Democracia digital* ou *Ciberdemocracia* estão sendo empregadas com maior frequência nos estudos de comunicação política e até mesmo pelos próprios atores sociais, gerando certa expectativa no que diz respeito às práticas políticas e de renovação democrática (FERREIRA, 2010). Essa leitura incita a compreensão de que o uso dessas tecnologias da informação e da comunicação (TIC) resultaria na participação política da esfera civil a partir do acesso a tais recursos. As perspectivas mais entusiastas conferem às novas TICs qualidades necessárias para sustentar essa condição: acesso universal, liberdade de expressão, participação horizontal, autogestão, comunicação fora das instituições políticas, entre outras. Nesse sentido, a internet é compreendida como o meio por excelência de sustentação dessas qualidades (FERREIRA, 2010).

De inegável potencial discursivo, os sítios de redes sociais e outros espaços virtuais, no entanto, devem ser entendidos enquanto empresas que preenchem funções necessárias ao sistema capitalista. Algumas tecnologias como telégrafo e a telefonia são consequências de necessidades comerciais e militares. Da mesma forma, a privatização da internet, em meados dos anos 1990, resultou das novas necessidades de expansão do capitalismo monopolista em seu regime de acumulação flexível (FIGUEIREDO, 2017). Os interesses políticos e comerciais adjacentes ao uso da internet formam um imenso campo de força que parece blindar a estrutura dos poderes instituídos (RENDO, 2010). Não seria demais acrescentar que, atendendo às necessidades do capital, a tecnologia produz, além do mais, confinamento e exploração do trabalho. No conjunto, trata-se de uma máquina comunicacional de legitimação de um sistema político econômico já exausto, tal como a crise de 2008 veio demonstrar.

Em “Smart: o que você não sabe sobre a internet”, Martel (2015) apresenta uma perspectiva que contraria a maioria dos trabalhos publicados sobre o tema. A partir de uma

pesquisa⁵ realizada em cinquenta países, o autor defende a ideia de que os conteúdos disponíveis na rede são mais bem territorializados e geolocalizados. Segundo ele, se as estruturas são globais, os conteúdos não o são, pois ainda persiste uma série de fronteiras na internet relacionadas à língua, território e à comunidade a que se pertence. Uma visão que rompe com a perspectiva dominante que, em geral, evidencia o mito de que estamos vivenciando uma transformação histórica que transcenderia o tempo (fim da história), o espaço (fim da geografia) e o poder (o fim da política), perspectiva também criticada por Figueiredo (2017).

Com a popularização da internet, ampliam-se os canais de visibilidade antes concedidos apenas pelos donos da mídia e restritos à hierarquização dos processos produtivos das empresas de comunicação. Decerto, esses canais de informação e expressão representam uma força latente de comunicação que possibilita ampliar o potencial das mídias que não aquele limitado ao plano industrial. Diferente de tempos anteriores, atualmente podemos inserir nossos próprios temas no debate público. Ampliam-se as possibilidades de expressões alternativas, marginais, autônomas e experimentais de comunicação massiva (DOWNING, 2001). Sendo assim, a grande rede é tida como espaço legítimo de práticas radicais por abrir um canal às vozes que irão intervir no espaço público (FERREIRA e VIZER, 2007). Essas expressões, entendidas por Downing (2001) como “mídia radical⁶”, são em sua maioria de pequena escala, não dispõem de grandes fundos, e possibilitam expressar a partir dos segmentos subordinados da população, oposição às estruturas de poder estabelecidos.

Não há que perder de vista que da mesma forma que os novos arranjos comunicacionais estão a serviço da democracia e da participação cidadã, também cedem lugar a expressões de dominação. Em acordo com o posicionamento de Fuchs (2016), compreendemos que “[...] essas novas informações e tecnologias de comunicação são mais bem observadas como terrenos de contestação do que como forças independentes inelutáveis” (FUCHS, 2016, p. 69). Mesmo a internet sendo desenhada inicialmente como uma arquitetura livre, as relações de poder encontram-se sustentadas nesses espaços em alicerces inabaláveis. Dessa forma, o desafio sobre o qual precisamos debater vai ao encontro do interrogante levantado por Fuchs (2016, p. 9), que é o seguinte: como elaborar alternativas a uma internet capitalista em uma sociedade capitalista?

⁵ Em “Smart”, Frédéric Martel analisa os usos da tecnologia digital em diferentes contextos políticos e geográficos.

⁶ Definimos “mídia” como toda forma de expressão e comunicação, que não apenas aquelas produzidas por intermédio dos meios tradicionais como rádio, televisão e jornais.

Cada vez mais integram ações de comunicação alternativa online campanhas que ameaçam enfraquecer o exercício da democracia. Essas manifestações tornam-se armas poderosas nas mãos de sujeitos que, em muitos casos, aparentam não estarem cientes desse risco. Um exemplo disso é a propagação em massa de notícias falsas (fake News) que inflamou polêmicas em 2016, nos Estados Unidos, durante a campanha que elegeu Donald Trump presidente e, no Brasil, com os sucessivos episódios de instabilidade política em 2016 e 2017 e durante a campanha que elegeu Jair Bolsonaro presidente, em 2018.

Otávio Ianni (1999) faz um debate, relevante e afinado com a atualidade das questões sociais, acerca do que viria a ser *O Príncipe eletrônico*, entidade definida pelo autor como uma das mais sublimes criaturas da mídia, isto é, da indústria cultural. De forma bastante peculiar, acusa tal personagem de exercer influência sobre os partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais, correntes de opinião, legislativo, executivo e judiciário. Responsabiliza o marketing político por realizar “o milagre da criação”, elaborado a partir de diferentes estratégias discursivas. Envolvidas pelo simulacro, as pessoas são levadas a acreditar que essa criatura será a única capaz de salvá-las das condições político-econômicas adversas que se apresentam: a questão social, as carências do povo, as reivindicações de indivíduos e coletividades, grupos e classes sociais (IANNI, 1999).

Desde que se satanizem maliciosa e impiedosamente os outros, líderes, dirigentes, partidos, sindicatos, movimentos sociais, correntes de opinião, setores sociais e outros, inclusive criminalizando amplos setores da sociedade civil, logo muitos, muitíssimos, multidões, serão induzidos a buscar a salvação. Sim, a metamorfose da crítica em satanização e da satanização em intimidação, medo e aflição, logo provoca a reorganização e o redirecionamento de expectativas e opiniões. Essa pode ser a estrada na qual é tangida a multidão solitária no seio da qual o príncipe eletrônico constrói hegemônias e exerce soberanias (IANNI, 1999, p. 16).

O surgimento da internet e de outras tecnologias não apenas aumenta o impacto das novas formas de visibilidade criadas pela mídia como também as torna mais complexas (THOMPSON, 2006). Na medida em que a tipografia se desloca para a periferia de nossa cultura e a imagem toma seu lugar central, o valor do discurso público declina (POSTMAN, 2001). Se por um lado a tipografia nos oferecia uma possibilidade de pensar com maior elaboração, a televisão e a transmissão de imagens tornam-se uma supra-ideologia de todo o discurso (CASTELLS, 2000). Já não importa o que de fato está sendo representado desde que esteja ligada para satisfazer prazeres. A imparcialidade retórica cede lugar à intimidade mediada. A oratória de um discurso eloquente em praça pública foi substituída pela intimidade de um bate-papo transmitido da sala de estar (THOMPSON, 2008). O espetáculo assume

padrões estéticos em que a forma torna-se mais relevante que as ideias, e a representação e a aparência tendem a se sobrepor ao debate racional.

A despeito de todo seu potencial de circulação de dados, “[...] as mídias são ferramentas sociais para produção de atenção” (HJARVARD, 2008, p. 40). A relação de produção, distribuição e consumo das informações respingam diretamente na formação da opinião pública, seja a partir da circulação de informações ancoradas na lógica textual tradicional ou esteticamente concebida. A internet pode ser, ao mesmo tempo, um espetáculo de mercadorização da informação ou a expressão de resistências.

Internet e participação política

“Não é a ferramenta que vai mudar o mundo, são as pessoas. Os humanos que vão mudar o mundo, as ferramentas são auxílio, são tecnologia”.

(Assédio Coletivo)

As reflexões que apresentamos a seguir resultam das análises de discurso de entrevistas em profundidade, da observação de um grupo focal e da análise de conteúdo das redes sociais dos quatro coletivos e fóruns, objetos de estudo desta pesquisa. Organizados na cidade de Vitória, no estado do Espírito Santo (ES), são eles: Coletivo Femenina⁷, Assédio Coletivo⁸, Levante popular da Juventude⁹ e Fórum Estadual da Juventude Negra do Espírito Santo (Fejunes)¹⁰.

São movimentos sociais urbanos, autodenominados autônomos e apartidários, protagonizados por jovens. No contexto de aprofundamento da crise capitalista, suas ações se expressam a partir de algumas tendências, consideradas como novas por alguns autores como Gohn (2016) e Castells (2013). Esses movimentos negam as formas tradicionais de organização política da democracia representativa, recusam o caráter hierárquico e burocratizado das formas

⁷ Movimento de mulheres que lutam como forma de combater qualquer tipo de violência contra a mulher, contra homofobia, machismo, racismo, entre outras.

⁸ O Assédio Coletivo é um grupo de produtores e articuladores culturais. As ações do Assédio Coletivo objetivam fortalecer o cenário cultural do Espírito Santo por meio da valorização da arte autoral e ação de coletivos, produtores, artistas e agentes culturais do estado.

⁹ O Levante Popular da Juventude é uma organização de jovens militantes voltada para a luta de massas em busca da transformação da sociedade. Atua junto aos movimentos da Via Campesina e movimentos urbanos como o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), com a intenção de construir a organização popular em comunidades, vilas, escolas, assentamentos e acampamentos do Brasil.

¹⁰ O Fórum tem como objetivo organizar a Juventude Negra do Estado do Espírito Santo numa perspectiva autônoma, afrocentrada, quilombola, militante, protagonista, democrática, combativa e de resistência, na luta anti-racista, contra qualquer forma de opressão e pela emancipação do povo negro.

de organização tradicionais. Representam um ciclo de lutas sociais com significados a partir de lógicas que se situam como fontes de aprendizagens e produção de saberes, especialmente entre os jovens.

Nossa análise parte de três variáveis centrais, a saber: os principais usos das tecnologias da internet pelos militantes; o alcance de suas ações e sua percepção sobre as limitações e possibilidades que o uso de tais ferramentas resultam na ação política.

As redes sociais Facebook, MySpace, Instagram, canal no Youtube e também Whatsapp, são os espaços de comunicação virtual mais usados. Os usos se dão principalmente para divulgar e mobilizar ações que vão acontecer na rua. Os canais de conversa das redes sociais e o Whatsapp são os meios mais usados entre eles, uma comunicação interna e operacional, como definida durante as entrevistas. As mensagens têm relação com as ações que estão desenvolvendo, com solicitação de apoio para determinadas atividades, conselhos, e outras trocas. Também realizam parceria com veículos de comunicação - para a divulgação de suas ações - como o caso do Mídia Ninja e Século Diário.

Também observamos que grande parte das mobilizações promovidas pelos coletivos e fóruns estudados, acontece fora dos espaços da internet. A militância se dá concretamente nas praças, nas oficinas promovidas nas comunidades, em espaços de debate como seminários, rodas de conversas e mesmo nas manifestações de rua - sejam elas massivas ou não. Além das redes sociais digitais, outras formas de comunicação tradicional são amplamente usadas pelos militantes, como cartazes, folhetins, pichos, grafite, carros de som e teatro de rua.

A rede social existia antes da internet. A rede social é a sua vida. É o que você faz fora do seu aparelho, né? A internet, ela cria essa ilusão que tudo que acontece só acontece lá, né? No virtual. Mas na verdade, o virtual é uma consequência do cotidiano (Assédio Coletivo).

As principais vantagens atribuídas ao uso da rede foram a rapidez da informação, a possibilidade de circulação de ideias, possibilidade de participação, inclusive, de quem não está presente – seja na realização de ações ou mesmo na construção de um pensamento - e o acesso à informação alternativa, que não a hierarquizada pelo domínio do monopólio midiático.

Hoje em dia você consegue ver as ocupações (dos secundaristas), ver o que está acontecendo nos país inteiro. Para você saber qual escola precisa de quê, você vai lá e ajuda. Vê o que está sendo feito, que aulas estão tendo... Daí você fica inteirado do que está acontecendo. E as pessoas vão lá e relatam o que está acontecendo. De outra maneira eu não teria como estar por dentro disso (Coletivo Femenina).

Em contrapartida, a principal limitação observada é fazer com que a informação circule para além dos espaços sociais que já estejam mais articulados politicamente. Portanto,

para aumentar esse alcance atuam na inserção de outros espaços da comunidade, que não os virtuais. Partem da premissa de que, da mesma maneira que uma informação é compartilhada nas redes, deve ser igualmente compartilhada face-a-face, no ponto de ônibus, na fila do supermercado, nas andanças pelas ruas, em espaços em que o acesso à informação seja garantido. Essas ações permitem atingir uma parcela maior de pessoas, além daqueles que têm acesso à internet ou às redes sociais onde tais informações circulam.

Um outro fator apontado pelos militantes como limitador da ação política é uma notável hierarquização das relações nos espaços de discussões online. O que contradiz a ideia de participação e horizontalidade atribuída ao ciberespaço. Sem pretender comparar as discussões online com os ideais de deliberação, Ferreira (2010) acredita que há uma “apatia política e ausência de debate deliberativo” nesses canais online. Na nossa pesquisa, os participantes informaram de forma unânime que grande parte das mensagens e *troca* de ideias na rede refletem mais bem pontos de vistas próprios e raramente têm a intenção de uma reflexão crítica com base no confronto dos argumentos. Há uma imposição de pensamento.

Uma linha correta a se dizer, seria em relação a uma troca de informação, a um compartilhamento e horizontalidade que se deveria ter a partir da internet, mas basta a gente ver qualquer discussão na internet para perceber que democracia raramente está rolando. Há uma disputa de poder incessantemente, cada um tentando impor sua verdade para as outras pessoas (Fejunes).

Portanto, parece ser que os participantes mais ativos nos fóruns virtuais têm igual repertório fora desses espaços. Assim, a disputa de poder acaba por se tornar uma extensão das disputas dos ambientes presenciais. Ferreira (2010) acredita que da mesma forma que esses fóruns podem eliminar fatores de diferenças podem induzir a conformidades. “Se, em acordo com o ideal deliberativo para realizar escolhas políticas informadas entre opções políticas é necessário o acesso a diferentes pontos de vista, que permitam gerenciar a informação e gerenciar a própria posição, a participação em fóruns marcada por forte identidade grupal limitará esse exercício” (FERREIRA, 2010, p. 16).

A rede é considerada como um instrumento usado para favorecer a circulação de ideias, com a diferença de possuir um alcance maior, na maioria das vezes. Mas isso nem sempre é garantia. Ao oferecer abertura a outras vozes para que haja essa troca de informação, o ideal de democracia e participação torna-se sempre uma expectativa e um exercício, algo a se conquistar, apesar das expectativas serem frustradas, como os próprios participantes apontam.

Esse sistema capitalista está tão introjetado socialmente que ele tem se utilizado das redes sociais pra isso... Para acabar com a perspectiva de que somos humanos, entendeu? E de que a estrutura social é cultivada culturalmente há muito tempo para o capital. Não é algo que a gente vai se livrar porque a gente está tendo direito, não é?

Tendo a oportunidade de falar. Olha eu generalizando de novo, como se todo mundo pudesse falar em rede social ou como se ela fosse uma grande modificadora. (Assédio Coletivo).

Outros entraves apontados à rede foram as limitações técnicas no que se refere às habilidades de uso das ferramentas, acesso privado e o controle informativo. Certas ações são planejadas apenas pessoalmente como forma de prevenir qualquer tipo de controle.

Acho que a gente ainda tem muitas limitações técnicas mesmo pra aproveitar todas as potencialidades, né? A gente tem essa ilusão de que pode fazer tudo, mas são corporações, né? A internet é privada, a telecomunicação é privada. A gente contrata empresa para que ela nos forneça o serviço. Acho que se fosse público com certeza seria diferente. O acesso ao serviço, proposta e acho também que a gente caminha nesse limiar. A gente nunca conheceu a internet como um processo público e possível (Assédio Coletivo).

A probabilidade de vazamento de informação mesmo com as mensagens pictografadas é muito maior. Nem tudo a gente comunica pelas redes, tem coisas que tem que comunicar só pessoalmente, quando tem que fazer alguma ação direta, coisas que podem ser mais sérias. Tipo, a gente evita falar sobre as ocupações que serão realizadas. É bom sempre evitar para não vazarem essas informações, ou depois serem usadas contra a gente, em uma eventual quebra de sigilo, eu acho que é isso. (Levante Popular da Juventude)

Conclusão

Ao contrário do que apresentamos nas experiências da militância, a internet dificilmente é considerada como uma ameaça e sim apenas como oportunidade. Nesta ideia de “inclusão” sustenta-se uma perspectiva de análise, ao nosso ver, um tanto problemática. É precisamente aí que a ideologia da comunicação, a partir da suposta igualdade e acesso pela comunicação, preenche sua função de legitimação. Neste sentido, a maioria dos estudos centrados nesse campo de análise tendem a receber a rede como um meio universal, democrático e horizontal, qualidades que atendem os requisitos básicos sobre a esfera pública democrática, teorizada por Habermas. O uso da internet, porém, não está deslocado da vida real. É uma ferramenta que funciona em um sistema social cuja funcionalidade está atrelada a fatores historicamente instituídos que irão atender a todos os mecanismos que facilitem a produção, distribuição e circulação de mercadorias. Sua regulação, portanto, dependerá cada vez mais das condições impostas pelo capital. Logo, não devemos atribuir à tecnologia o resultado de mudanças que estão acontecendo nas esferas sociais, políticas e culturais.

Apesar das limitações apresentadas pelos participantes desta pesquisa no que se refere ao uso da internet como instrumento de mobilização, os militantes acreditam que essas tecnologias podem ser elementos facilitadores na divulgação de suas narrativas, em construção dos sujeitos coletivos, apesar de não se caracterizarem como principal elemento mobilizador. E assim como tantos outros, esse torna-se mais um território a ser ocupado.

Referências

- ABRAMIDES, M. B.; DURIGUETTO, M. L. **Movimentos Sociais e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2014.
- ALVES, G. Ocupar Wall Street... e depois? *In*. HARVEY, David *et al.* **Occupy. Movimentos de Protestos que tomaram as ruas**. São Paulo: Boitempo; Carta maior, 2012. p. 31-38.
- BRAGA, R. **A pulsão plebeia**. Trabalho, precariado e rebeliões sociais. São Paulo: Palamedas, 2015.
- CANDÓN MENA, J. Usos de Internet para la organización de los movimientos. *In*: CONGRESSO ONLINE DO OBSERVATÓRIO PARA LA CIBERSOCIEDAD, 4., 2009, Barcelona. **Anais...** Barcelona, 2009. Disponível em: http://www.cibersociedad.net/congres2009/actes/html/com_usos-de-internetpara-la-organizacion-de-los-movimientos_918.html. Acesso em: 10 Sep. 2011.
- CARNEIRO, H. S. Rebeliões e Ocupações de 2011. *In*. HARVEY, David *et al.* **Occupy. Movimentos de Protestos que tomaram as ruas**. São Paulo: Boitempo; Carta maior, 2012. p. 7-14.
- CASTELLS, M. **Internet e Sociedade em rede**. CASTELLS, M. A Sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- DAVIS, M. Chega de Chiclete. *In*. **Occupy. Movimentos de Protestos que tomaram as ruas**. David Harvey *et al.* São Paulo: Boitempo; Carta maior, 2012. p. 39-43.
- DE UGARTE, D. **El poder de las redes**. Manual ilustrado para personas, colectivos y empresas abocados al ciberactivismo. Barcelona: El Cobre, 2007.
- DOWNING, J. H, D. **Mídia Radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais**. São Paulo: Senac, 2001.
- FERREIRA, J.; VIZER, E. **Mídia e Movimentos Sociais**. São Paulo: Paulus, 2007.
- FERREIRA, G. Internet e Deliberação. A discussão política em fóruns online. **Mídia & Jornalismo**, Lisboa: CIMJ, n. 16, v. 9, 2010, p. 99-114.
- FUCHS, C.. Em direção a uma problemática marxista de estudos sobre a internet. **Revista Crítica Marxista**, n. 43, 2016.
- GOHN, M. G. Manifestações de protesto nas ruas no Brasil a partir de Junho de 2013: novíssimos sujeitos em cena. **Diálogos Educacionais**, Curitiba, v. 47, n. 16, p. 125-146, 2016.
- HJARVARD, Stig. The Mediatization of Society. A Theory of the Media as Agents of Social and Cultural Change. **Nordicom Review**, v. 29, n. 2, p. 105-134, 2008.

IANNI, O. **O príncipe eletrônico**. São Paulo: Perspectivas, 1999. p. 11-29.

JENKINS, H. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2009.

LADEVÉZE, L. **Em defesa da comunicação pública**. Entrevista concedida a BERNARDES, F. Brasília: FAC livros, 2017, P. 143-148.

MARTEL, F. **Smart. O que você não sabe sobre a Internet**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2015.

MATTELART, A.; MATTELART, M. **Pensar as Mídias**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

POSTMAN, N. **Divertise hasta morir**. São Paulo: Paulus, 2007.

RENDO, F. As potencialidades da comunicação online na construção do espaço público europeu. Limites a um ciberoptimismo excessivo. **Mídia & Jornalismo**, Lisboa: CIMJ, n. 16, v. 9, 2010, p. 145-163.

THOMPSON, J. A nova visibilidade. **Matrizes**, n. 2, 2008.